

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!



UNIR FORÇAS E CONCENTRÁ-LAS nos objectivos principais!

A passagem do quarto ano do governo de M. Caetano coincidiu com uma série de acontecimentos que evidenciam de modo transparente o crescente isolamento internacional da ditadura fascista, o aumento das suas dificuldades no teatro das guerras coloniais, a falência da sua política económica, a corrupção e a venalidade das altas esferas governantes.

Concentrando os seus esforços na repressão e no aperfeiçoamento do aparelho repressivo, o governo cava mais fundo o seu isolamento político e social, lança novas sementes de violência na vida política nacional, não consegue aplacar o descontentamento das massas, é incapaz de travar o desenvolvimento da luta popular.

Prosseguindo os seus esforços reivindicativos da classe operária e das massas trabalhadoras numa frente que abrange quase todas as principais regiões industriais; o movimento sindical enfrenta os golpes repressivos, conserva o seu carácter de massas, alarga-se a novas classes profissionais; a luta camponesa alastra e diversifica-se nos seus objectivos e formas de acção; o movimento

estudantil, mesmo em férias, demonstra grande capacidade mobilizadora e energia combativa; o movimento democrático reorganiza-se e passa a acção concreta em vários distritos; mantém-se o clima de descontentamento e de luta nos quartéis; a ARA dá provas de grande capacidade técnica e orgânica.

É este quadro que M. Caetano reflecte quando confessa no seu discurso de 27-IX que «não faltaram os sobressaltos, as inquietações, as grandes preocupações...»

Acções armadas CONDIÇÕES ESSENCIAIS

Nos últimos dois anos, a partir da acção do «Cunene», levada a cabo pela ARA em 26 de Outubro de 1970, outras acções armadas tiveram lugar.

A maior parte delas dirigiu-se contra o aparelho militar da guerra colonial. Essas acções corresponderam à situação política existente, aos sentimentos populares, a um amplo movimento de opinião e de resistência, que se expressa, entre outras formas, por dezenas de milhares de casos de deserção e

de recusa a prestar o serviço militar. Foram acções justas e provocaram grande e geral entusiasmo.

Outras acções atingiram a OTAN, que apoia o fascismo e o colonialismo português e cujas instalações em Portugal são um elemento, um factor e um símbolo da submissão do nosso país ao imperialismo estrangeiro. Foram igualmente justas e recebidas com entusiasmo pelas massas populares.

Tais acções nada tiveram a ver, nem de perto nem de longe, com terrorismo. Basta dizer que operações complexas, que provocaram enormes destruições de material de guerra e equipamento militar (numa só acção 17 helicópteros), foram até hoje realizadas sem quaisquer baixas humanas.

A responsabilidade da violência cabe unicamente aos fascistas.

(cont. na pág. 4)

Como opressores estrangeiros

Apesar do propósito de criar um ambiente de entusiasmo e de optimismo o que M. Caetano deixou transparecer nos discursos de aniversário governativo foi um repositório de amargas frustrações.

Nem faltaram os queixumes pessoais. Num discurso lamuriou: «Injustiças e incompreensões não faltam.» No outro lamentou-se da «ração de fel da injustiça

(cont. na pág. 2)

Movimento sindical

Escorraçar as Comissões Administrativas! Alargar a acção das massas!

Quando o governo e os seus agentes do Ministério das Corporações e do I.N.T. nomeiam Comissões Administrativas (C.A.) para os Sindicatos, eles têm em vista impedir que os trabalhadores tenham à frente dos Sindicatos pessoas honestas e da sua

confiança, dispostas a lutarem pelos interesses das suas classes. Mas visam ainda meter nelas os seus amigalhões, para assim poderem fazer negociações chorudas à custa do dinheiro dos trabalhadores.

Quando os sabujos nomeados para a C.A. do Sindicato dos Delegados de Propaganda Médica foram corridos da Direcção do Sindicato, descobriam-se variados roubos cometidos por esses «administrativos». Agora, foi a Direcção eleita para o Sindicato dos Bancários de Lisboa que pôs a descoberto os negócios da C.A. imposta pelo Governo. As despesas da gerência desses «administrativos» ascenderam a 3.474 contos, isto é, apenas em alguns meses, gastaram o equivalente ao total gasto pelas três direcções anteriores. Além disso, e sem darem contas a ninguém, (ou não foram eles nomeados pelo Governo contra a vontade dos bancários?) quando faltavam apenas uns dias para terminar a sua «gerência», apressaram-se a alugar um edifício que, diziam, serviria para a instalação dos Serviços Clínicos. Sucede, porém, que tal edifício não tem as mínimas condições para essa função. Mesmo assim, ele foi alugado pela bonita renda mensal de 100 contos! E, para que a negociação não pudesse ser anulada pela Direcção que iria ser eleita, esse aluguer foi feito pelo prazo de 2 anos. Tais roubos só foram

possíveis com a conivência dos mandões fascistas anichados nas Corporações, no I.N.T. e Previdência.

Vê-se, assim, que as C.A. são sinónimo de roubafeiras. Escorraçar as C.A. dos Sindicatos e eleger Direcções da confiança dos trabalhadores é uma necessidade.

É isso que estão fazendo os trabalhadores de Aries Gráficas, que enviaram uma exposição ao Ministério das Corporações, protestando por a C.A. ter terminado em Julho o prazo da sua nomeação e ainda não ter procedido a eleições. Alegam esses «administrativos» que ainda não promoveram eleições «por falta de verba». Mas para onde foram as receitas do Sindicato?

Redobradas medidas fascistas para assegurar o controlo

Os laços corporativos da panificação do Porto querem continuar a servir o patronato e, por isso, não permitiram que a lista da confiança da classe, apresentada por uma numerosa Comissão de Sócios, concorresse às eleições, com a alegação de que a lista fora apresentada fora do prazo. Foi assim que, não obstante a presença de mais de 300 associados que pretendiam votar na lista da sua confiança, a lista de rafeiros fascistas foi «eleita»

(cont. na pág. 4)

MENSAGEM do Partido dos Trabalhadores DO VIETNAM

O CC do Partido Comunista Português recebeu uma mensagem do CC do Partido dos Trabalhadores do Vietnam, em que se diz designadamente:

Estamos muito sensibilizados e agradecemos-vos sinceramente a vossa carta na qual condenamos energeticamente as novas acções de guerra extremamente graves do imperialismo norte-americano no Vietnam e manifestam o seu apoio decidido à luta do povo do Vietnam.

Consideramos essa bela expressão do espírito de internacionalismo proletário do Partido Comunista, da classe operária e do povo de Portugal, que travam uma dura luta contra o regime fascista, como um estímulo precioso para a luta libertadora do povo vietnamita.

Que a causa revolucionária do Partido Comunista, da classe operária e do povo de Portugal, alcance novos êxitos!

Que se consolide e desenvolva cada dia mais a solidariedade e a amizade entre os Partidos e os povos dos nossos dois países!

O Comité Central
do Partido dos Trabalhadores do Vietnam

(cont. da pág. 1)

e da malevolência» que lhe é propinada.

Tratando da emigração constatou que «desde 1960 aumentou a emigração para o estrangeiro» e asseverou ao falar de medidas governativas para a diminuir que se trata de «política cheia de dificuldades, nem sempre bem compreendida...»

Tratando da carestia de vida constatou «não conseguimos subtrair-nos à inflação» e anunciou ao falar de medidas governativas «temos esperança de fazer abrandar o seu ritmo.»

Tratando do meio rural e da agricultura reconheceu: «a província despovoou-se.»

Tratando do problema da habitação teve que invocar «o cancro dos bairros da lata e a carença de habitação.»

Tratando das condições de vida das massas trabalhadoras cortou cerce qualquer ilusão argumentando: «uma política avançada de repartição não pode fazer-se às cegas, sem olhar as possibilidades da economia (isto é aos interesses dos capitalistas) e sobretudo aos reflexos dos preços.»

Tratando do isolamento político e social do seu governo investiu o vício dos portugueses para tudo discutir. Nisto residiria, segundo ele, as origens dos males da nação portuguesa e não na política antinacional e antipopular desde sempre praticada pela ditadura fascista e por ele, M. Caetano, continuada desde há quatro anos, como principal responsável. Essa política tem procurado, precisamente, impedir a discussão, forçar o povo português a alhear-se das grandes questões que lhe dizem respeito através da supressão das liberdades de expressão de pensamento, de reunião e de associação. Os resultados estão à vista.

É sintomático que M. Caetano tenha procurado ilustrar esta má fé tendência dos portugueses para isolarem os governantes com um poema escrito por Rodrigues Lobo, «em mil seiscientos e pico», como ele disse, isto é, durante a ocupação de nosso país pelos castelhanos. É uma gafe das grossas Prof. Marcelo Caetano! Mas uma gafe que traduz os sentimentos dos governantes fascistas. Eles sentem-se como opressores estrangeiros.

Crescente isolamento internacional

A proposta do Secretário Geral da ONU sobre a condenação do terrorismo internacional, onde se afirma explicitamente que as medidas que se vierem a adotar não terão aplicação à luta que travam os povos das colónias portuguesas, é bem reveladora do isolamento internacional da ditadura fascista e da sua política de agressão colonial. M. Caetano chamou-lhe «facto espantoso».

Outro facto não menos «espantoso» e sem precedente histórico é a esmagadora votação na Comissão de Descolonização da ONU por força da qual os movimentos de libertação das colónias portuguesas passarão a ter assento naquela Comissão como observadores. Isto implica

que a comunidade internacional o reconhece como legítimos representantes dos seus povos, ao mesmo tempo que retira ao governo de M. Caetano o direito de falar em nome das colónias portuguesas.

O ministro R. Patrício experimentou o impacto do crescente isolamento internacional da ditadura fascista quando depois de repetir perante a Assembleia Geral da ONU as estafadas teses do colonialismo português se viu submergido por um coro de vaias e apupos da maioria dos delegados.

Mesmo os gorilas sanguinários do Brasil não se mostram muito inclinados a declarações de apoio à política colonial dos fascistas portugueses. No dia seguinte à da saída de M. Caetano do Brasil, o ministro das relações exteriores brasileiro partiu em visita para vários países independentes de África, o que levou R. Patrício, quando interrogado pelos jornalistas, a responder com mau modo: «só ao Brasil cabe decidir dos seus contactos diplomáticos.»

As grandes potências imperialisistas embora ajudem por todas as formas (especialmente através da NATO) os fascistas coloniais portugueses não estão dispostas por conveniência das suas relações com os países do «terceiro mundo» a tornar público esse apoio. A elas se referiu M. Caetano quando lamentou «a timidez dos amigos que nos dão razão mas não ousam proclamá-la» (conversa de 3-VII-72).

A falência da política económica

A Conta Geral do Estado de 1971 revela a falência da política económica do governo de M. Caetano que a propaganda fascista tenta pintar como «uma grande arrancada».

O ritmo de expansão da actividade económica experimentou um abrandamento. As principais produções agrícolas decresceram. A indústria têxtil vê agravadas as suas dificuldades. A actividade das indústrias extractivas retrocedeu.

A taxa de inflação foi superior à de 1970. O índice de preços no consumidor experimentou, diz o relatório, um acréscimo da ordem de 10 a 12%. (Mas o Fundo Monetário Internacional indica que a subida dos preços em Portugal, entre Maio de 1971 e Maio de 1972, seria da ordem dos 14,2%, superior à de qualquer outro país europeu.) O deficit da balança comercial ampliou-se de novo. As despesas efectivas do Estado foram superiores às receitas efectivas o que forçou a um novo agravamento da dívida pública.

Entretanto, o carácter antipopular da administração dos recursos da nação por parte dos fascistas é patenteado pelo amplo agravamento das despesas com a guerra colonial e a segurança, com o grande aumento das receitas colhidas através dos impostos indirectos que pesam sobre as massas populares, en-

quanto as receitas resultantes da contribuição industrial (paga pelos capitalistas) decresceram.

Novas sementes de violência

As recentes afirmações dos ministros do Interior e da Defesa, os propósitos declarados pelo novo chefe de Estado Maior das Forças Armadas, as dezenas de prisões efectuadas nos meses de Agosto-Setembro e a nota com que a PIDE-DGS procura justificar-las, as selváticas torturas infligidas aos presos políticos, a reorganização da policia politica — tudo confirma que o governo de M. Caetano erigiu a repressão na direcção principal da sua actividade, que, fracassadas as tentativas para reforçar por outras formas as bases de apoio do regime, é nela que confia cada vez mais para aguentar a ditadura fascista.

A reorganização da PIDE-DGS integra-se nesta orientação e tem em vista alargar os poderes e a esfera de acção da policia politica, abre-lhe todas as portas, alarga a impunidade dos seus agentes, compartimenta mais ainda a sua actividade em relação à justiça ordinária, coloca sob o seu controle todas as demais forças policiaes e repressivas.

Perspectivas de grandes lutas

A crise do regime continua a aprofundar-se.

O agravamento da inflação, as consequências decorrentes da próxima entrada em vigor do acordo com o Mercado Comum, os novos esforços que os fascistas irão realizar para fazer face às crescentes dificuldades que experimentam nas guerras coloni-

ais e aos problemas que afectam o capitalismo português farão degradar, no imediato, as condições de vida das massas trabalhadoras e agudizarão a luta de classes.

A luta popular continuará a desenvolver-se.

É a perspectiva de novas grandes lutas contra a ditadura fascista que se coloca às massas trabalhadoras, a oposição democrática, a todas as forças antifascistas.

É esta perspectiva que exige se superem as grandes DEBILIDADES ORGANICAS, as DIFICULDADES DE COORDENAÇÃO, a DEFICIENTE CLARIFICAÇÃO de objectivos, os PRECONCEITOS QUE ESTRANHAM A UNIDADE DE ACÇÃO.

É esta perspectiva que reclama de todos os sectores politicos responsáveis a necessidade de se porem de acordo em torno de UMA PLATAFORMA MÍNIMA DE ACÇÃO que dê resposta aos dois problemas centrais da situação politica actual: A INEXISTENCIA DAS LIBERDADES MAIS ELEMENTARES E A GUERRA COLONIAL.

É nesta perspectiva que deverão ser incrementados os esforços para se estabelecerem, numa base bilateral ou multilateral, ENLACES E OUTRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO CLANDESTINA ENTRE OS DIFERENTES SECTORES POLITICOS.

É nesta perspectiva que DEVERÃO SER REFORÇADAS AS ESTRUTURAS LEGAIS E SEMILEGAS DO MOVIMENTO DEMOCRATICO, através do combate tanto às concepções sectárias e falsamente revolucionárias, como às tendências oportunistas e elitistas: através da estruturação de uma larga rede de comissões de base estreitamente ligadas ao povo; através do progresso da coordenação nacional e da superação dos partidos regionalistas, sectorialistas, personalistas.

A BATALHA DO RECENSEAMENTO, concebida como uma campanha de massas, O DESMASCARAMENTO DO FASCISMO E DA LEI ELEITORAL FASCISTA, A EXIGENCIA E A IMPOSICAO DE POSSIBILIDADES LEGAIS DE REUNIAO E PROPAGANDA POLITICAS são, no imediato, os objectivos capazes de assegurar o desenvolvimento combativo do movimento democrático, a sua maior ligação às massas populares, a sua afirmação como força politica independente e unica alternativa do fascismo.

Justas indemnizações para as vítimas do incêndio do Vale do Vouga!

O Governo, através do Instituto da Família e Assistência Social, distribuiu uns pequenos subsídios e somente a algumas das famílias vítimas do grande incêndio das madeiras do Vale do Vouga. Foram cerca de 540 contos e apenas para 58 famílias, o que dá uma média de pouco mais de 9 contos por família; mas por exemplo em A-dos-Ferreiros (freguesia do Préstimo) a média dos subsídios por família é de menos de 400\$00. Estes miseráveis subsídios não chegam para as primeiras necessidades daqueles que tudo perderam no incêndio e muito menos para cobrir os enormes prejuízos causados pelo fogo.

Se é certo que estes subsídios foram dados devido às reclamações dos camponeses, o seu verdadeiro objectivo é tapar os bocas, adormecer a combatividade das populações tão duramente atingidas pelo incêndio que reivindicam justas e imediatas indemnizações pelos enormes prejuízos sofridos, que ascendem a muitas centenas de milhares de contos. Se não continuarem a reclamar, unidos e firmemente, nunca mais lhes serão concedidas as indemnizações que o Governo e a C.P. têm a obrigação de dar, pois são os principais responsáveis pela extensão e proporções que o fogo tomou.

Outro importante problema é o da venda das madeiras afectadas pelo fogo. As fábricas de celulose estão tentando beneficiar da grande calamidade que atingiu os produtores de madeira das zonas atingidas pelo incêndio. Isto foi afirmado publicamente na reunião em que as

propostas dos representantes das empresas de celulose e da Madeiper foram discutidas e rebatidas por alguns representantes dos produtores, em Valongo do Vouga. Os Industriais da celulose, habituados a auferir lucros enormes à custa da exploração dos pequenos produtores de madeira, preparavam-se agora para lhes cair em cima como antes de rapina, aproveitando-se da sua desgraça para lhes imporem preços de miséria. Perante a unidade demonstrada até aqui pela maioria dos interessados na venda da madeira danificada, a Madeiper (que centraliza a compra de madeira para a indústria) foi obrigada a recuar. No entanto as suas propostas, apresentadas em conjunto com a Câmara Municipal de Ageda, não satisfizeram os produtores que exigem preços mais elevados.

A forte união de todos os que têm madeira danificada para vender é a primeira condição para conseguirem o que justamente exigem. Se se dispuserem cada um para seu lado na mira ilusória de melhor negócio, cada um e todos em conjunto serão mais uma vez ludibriados pelos industriais de celulose e pela Madeiper.

Os camponeses da região do Vouga devem exigir, que os antigos baldios, hoje tão mal cuidados pelos Serviços Florestais que os roubaram, coltem à posse das populações e que todas as zonas florestais sejam exploradas no interesse dos camponeses e com todos os cuidados de segurança e protecção contra incêndios.



QUANTIAS RECEBIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

Abaixo a da 100\$00	Operário p. Um amigo do	
Pide 25\$00 Idem 80\$00	em França 100,00 P. (Simão) 30\$00	
Abaixo o Família Fer- 80\$00	P. liberdade D. Idem (Sant) 25,00	
fascismo 75\$00 nando 50\$00	Miranda 2.000,00 Um anti-fas-	
A.Cunkal 000\$00 Ferreira 210\$00	ta Alemãna	
Amigos do P. Vicente 210\$00	Político socia-	
(Abril) 200\$00 Gabriel 200\$00	lismo 800\$00 200\$00	
Idem Pedro 200\$00	Pereira Gomes Um sindical-	
(Maio) 370\$00 Geórgio Dal-	(P.7) 50\$00 lista 160\$00	
Ant. Giraga 100,00 chevi que 100\$00	Pires J. 40\$00 Unidade nº2	
Idem 40\$00 Idem 100\$00	Idem 20\$00 (V) 1.325\$50	
A Terra p. Gogol 0\$00	Profetier 450,00 Ursula	
q. a traba- Ho-Chi-Minh 30\$00	R. de Car- Machado 29\$00	
lha 20.000\$00 30\$00	valho 5.020\$00 Vítimas do	
Bankaria (00,00 Humanismo	*RuI* 5.000\$00 Tarragal 900\$00	
C. Rocha 80\$00 socialista. 100\$00	Sementes Victoria	
Idem 10\$00 Hidio	vermel. no M.P.L.A. 20\$00	
Casal Ben- Esteves 70\$00	espaco 70\$00 Vicia a Rev.	
Janina 800\$00 Imprensa	Simpatiza- Dem. e	
cesar democ. 100\$00	tes do P. 600\$00 Nac. 10\$00	
Alfo 500\$00 J. Magro 40\$00	Simp. que Vicia a Rev.	
Idem 20\$00 Jovem co-	deseja ser socialista 10\$00	
Com. estrange- munita 1.000\$00	Sofia e URSS 1.101\$00	
tes (Maio- Joens com. Idem 60\$00	George 500\$00 Idem 60\$00	
-Junho) 300\$00 (B-3) 130\$00	Solidaridade Vicia o co-	
Coragem Lusa do p. munitismo 33\$00	ao p. do Vicia a	
camarada 220\$00 portugueses 80\$00	Vietnam 417\$50 Vicia o	
Cuba Livro 75\$00 Lurando até	Terra re- PCP 322\$00	
C.S.P. 870\$00	ligada 1.365\$00 Idem 20\$00	
(A.U) 500\$00 Manuel R. 30\$ Anjo. do	Um atente- 30\$00 PCP(M) 1.000,00	
Dem. confian- do Siles 3.000,00	Jano 30\$00 PCP(M) 1.000,00	
te (C) 20\$00 Málio Sacra-	TOTAL: 53.355\$00	
D. Coelho mento 2.000,00		
(P.V.) 350\$00 Maurice		
D. Lourenço 20,00 Thores 500\$00		
D. Miran- Niemayer 40\$00		

Recebemos um objecto de valor que não especificamos.

Alargar a acção das massas!

(cont. da pág. 1)
apenas por 35 votos!

Este exemplo e o caso recente dos metalúrgicos de Aveiro, indica aos trabalhadores a tarefa de se unirem e organizarem em largas comissões não apenas para esborraçar as Comissões Administrativas onde quer que elas existam, mas impedir que sejam «eleitas» direcções que não tenham a sua confiança. E quando houver listas «eleitas» ilegalmente, como foram os casos dos metalúrgicos de Aveiro e panificadores do Porto, há que lutar pela anulação dessas «eleições» e exigir a realização de novas eleições. É isso que justamente estão a fazer os trabalhadores da panificação do Porto.

A direcção fascista que tomou conta do Sindicato dos empregados de escritório de Lisboa tem recorrido a diversos manejos para dissolver o secretariado das secções, paralisar a actividade de comissões sindicais e toda a actividade dos sócios que se interessam pela vida do Sindicato e pela satisfação dos seus problemas reivindicativos. Com esse objectivo, proibiu as reuniões inter-secções e todos os grupos de trabalho, mesmo os que foram aprovados pela anterior direcção. Os rafeiros e policiais da nova direcção vão ao ponto de proibir aos sócios a entrada no Sindicato, pois só autorizam a entrada depois de ser declinado o motivo da visita e com autorização da direcção ou do funcionário policial que a representa. Procuram, assim, afastar todos os associados e fugir ao seu controle, e levá-los a desinteressarem-se pela vida do Sindicato. Contra tais intentos, impõe-se denunciar esses fascistas e organizar largas Comissões e variadas reuniões e Assembleias com vistas a mobilizar a classe pela satisfação das suas mais sentidas reivindicações, e contra as prepotências desses dirigentes.

Associar a acção sindical à luta por novos CCT

Com vistas a esborraçar a Comissão Administrativa e eleger uma Direcção da sua confiança, os motoristas de Lisboa realizaram no mês de Agosto três novas Assembleias, convocadas pela Comissão Pró-Sindicato. Em cada uma delas estiveram mais de 100 sócios eleitores. No dia 15 de Setembro realizaram uma Assembleia Geral com a presença de mais de 300 sócios, onde foi apresentado e discutido o programa da classe, programa que estabelece para o momento actual a luta por um salário mínimo mensal de 6.500\$00, horário de trabalho fixo e nunca superior a 8 horas, etc.. Depois das importantes vitórias

nas eleições, os bancários de todo o país, representados pelos seus Sindicatos (Lisboa, Porto e Coimbra), apresentaram ao Grémio uma proposta de revisão do CCT. Porém, o Grémio não só retardou a proposta como apresentou uma contra-proposta que visa destruir completamente as mais importantes conquistas do Contrato Colectivo actual, pois pretende um sistema de prestação de trabalho que poria o trabalhador na completa dependência de arbitrio patronal. Os trabalhadores bancários não se deixaram intimidar e, em Setembro, realizaram-se concorridas Assembleias em Lisboa e Coimbra, onde se debateram os problemas relacionados com a revisão do contrato e questões da Previdência. Mas os bancários precisam de estar atentos e unidos, encontrando formas adequadas para vencer a resistência dos tubarões dos bancos, quer intensificando a luta pela revisão do CCT, quer aliando a esse objectivo a luta pela actualização imediata dos salários, o que implica conjugar a luta no plano sindical com as acções nos próprios bancos e junto do Governo.

Um sindicato para os trabalhadores da construção naval?

Alguns elementos do Sul, ligados à construção naval, estão procurando criar um Sindicato dos trabalhadores dessa indústria. Para os trabalhadores da construção naval menos preocupados, a ideia de terem o seu próprio Sindicato é uma ideia razoável e, por isso mesmo, operários de Aveiro e Figueira da Foz apoiaram tal proposta. Mas os operários do Sindicato Metalúrgico de Vinha do Castelo, já mais preocupados, numa Assembleia realizada em fins de Julho, rejeitaram firme e unanimemente a criação de tal Sindicato. Pensamos que têm razão todos os que se opuserem, pois a criação de tal Sindicato iria enfraquecer a classe dos metalúrgicos, classe em que estão integrados os trabalhadores da construção naval. Não será certamente por acaso que tal ideia surja logo a seguir a grandes lutas dos operários metalúrgicos à volta dos seus Sindicatos e em vésperas duma nova luta que pretende expulsar a Comissão Administrativa do Sindicato de Lisboa e eleger uma Direcção da confiança da classe. Assim, sejam quais forem as intenções dos promotores da criação de tal Sindicato, nas condições actuais, a discussão de tal problema tende a dividir e a dispersar a atenção dos metalúrgicos. A criação do Sindicato da construção naval levaria ao enfraquecimento dos Sindicatos metalúrgicos. Acresce ainda a essas razões, que a indústria naval está quase inteiramente dominada pela Lisnave (monopolistas da CUF e seus associados) que levaria à criação de um Sindicato com grande predominância de trabalhadores de uma única empresa e, por isso, mais vulnerável ao domínio patronal.

ACÇÕES ARMADAS

(cont. da pág. 1)

M. Caetano procurou justificar a intensificação da violência fascista pela realização de acções revolucionárias armadas, insinuando que não pode haver liberdade, porque há actos de violência. A resposta já lhe foi dada: A verdade é a inversa. Há e haverá actos de violência, porque não há liberdades. Há e haverá actos de violência, porque o governo conduz em África três guerras coloniais, criminosas para com os povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique e criminosas para com o próprio povo português. É entretanto profundamente errado pensar (como fazem alguns) que as acções armadas devem ser já hoje a direcção fundamental da luta popular. A verdade é que não vivemos uma situação revolucionária e que a direcção fundamental continua a ser as lutas de massas.

Ainda mais grave erro seria cuidar que um processo de luta armada se pode desenvolver a partir de acções, que não se enquadram em reclamações populares profundamente sentidas e traduzidas em amplos movimentos. Uma orientação menos correcta, a escolha errada de objectivos, o desprezo pela conjuntura política, provocariam o desinteresse ou a reprobção populares, o descrédito não apenas dos seus promotores mas do próprio tipo de acções. O fracasso, a curto ou a médio prazo, das organizações e militantes que as empreendem. Em Maio do ano corrente, o Comité Central do PCP, analisando atentamente o problema, indicou como condições essenciais do êxito desta nova direcção de luta:

- 1ª que as acções correspondam a amplos movimentos de opinião, nunca afectando, mas sim, ajudando o desenvolvimento das lutas de massas;
- 2ª que tenham em conta a conjuntura política e todas as

suas várias incidências;

- 3ª que sejam o resultado de uma justa estimativa de forças e da perspectiva do seu desenvolvimento e nunca animadas pela improvisação e a impaciência;
- 4ª que não adquiram em nenhum caso o carácter de acções terroristas.

Estas conclusões conservam inteira validade e constituem uma bússola segura na apreciação dos problemas que se colocam a uma forma de luta, em que é muito limitada a experiência do movimento revolucionário português.

O prosseguimento da inexistência das mais elementares liberdades, a repressão, o terror, as guerras coloniais, tornam inevitável e necessário o prosseguimento do caminho iniciado pela ARA. Os princípios, tão claramente enunciados pelo Comité Central em Maio do ano corrente, indicam as condições essenciais para o sucesso.

Estudantes do Porto em luta

O despacho de Veigo Simão de 30 de Agosto e o edital da reitoria da Universidade do Porto sobre o ensino de Engenharia, mostram o carácter arbitrário e repressivo do ensino. Da sua aplicação resultaria imediatamente a reprovação de centenas de estudantes, prescrição, renúncia de ano, etc..

Contando com as férias, o governo contava surpreender as Associações e os estudantes, mas enganou-se. Logo no início de Setembro entra em circulação um abaixo-assinado, a 14 realta-se uma reunião com 250 estudantes das Faculdades de Engenharia e Ciências e as seguidas de concentração na Reitoria, a 22 nova concentração, constituiu-se uma comissão largamente representativa. Os estudantes alcançam duas importantes vitórias parciais (abolição do edital e prorrogação das inscrições), prosseguem a luta pela sua reivindicação central — a revogação do despacho de 30 de Agosto.

Esta luta dos estudantes de engenharia põe em evidência um dos aspectos mais reaccionários das

Reforma à Veiga Simão — O SEU CARÁCTER REPRESSIVO E SELECTIVO.

O regime de prescrições da recente «reforma» de Direito e o «número de ausas» (limite do número de faltas) previsto nos projectos de «reforma» de Medicina não no mesmo sentido. Os estudantes têm de organizar-se para lhes fazer frente e barrar o caminho aos projectos do governo de agravamento da subsecção.

Nas empresas

Por aumento de salários e outras reivindicações A LUTA DESENVOLVE-SE NUMA LARGA FRENTE

Uma das características da luta reivindicativa nas empresas, neste período, é o seu alastramento a quase todas as principais regiões industriais.

A reivindicação de aumento de salários avulta como o principal objectivo destas lutas, mas os operários estão a lutar, igualmente, pelo pagamento integral de 30 dias (metalúrgicos de várias empresas), pela semana de 45 horas, contra os ritmos esgotantes de trabalho, contra os castigos e outras medidas repressivas do patronato, por outras reivindicações, ainda.

● POR AUMENTO DE SALÁRIOS

Fábrica de Alumínio Moeller (Vale de Cambra). Em apoio da sua reivindicação de aumento de salários os 50 operários desta empresa fizeram greve de um dia, seguida a 100%. Para evitar que algum amarelo furasse o movimento, os operários muniram-se de cacetes e colocaram-se à porta da fábrica, em autênticos piquetes, não permitindo qualquer entrada. O patrão foi forçado a ceder. Os operários conquistaram um aumento de 10%.

A.P.D.L. (Administração dos portos do Douro e Leixões). Os 600 operários destes serviços públicos lutam desde há meses por aumento de salários. Em apoio desta reivindicação enviaram três abaixo-assinados a M. Caetano (o último dos quais assinado pela quase totalidade dos operários), recorreram à «cera» e às faltas ao trabalho por secções. Passando a formas mais enérgicas de acção, os 150 operários das oficinas fizeram uma paralisação, no dia 4 de Setembro. Após o almoço juntaram-se em grupos e depois tomaram os seus lugares, mas mantiveram-se de braços caídos. Como três ou quatro amarelos não aderiram, o quadro da electricidade foi desligado o que obrigou os empregados de escritório a parar também. Entretanto uma comissão representando todas as secções expunha as razões da luta ao Sub-Director. Este procurou demovê-los com promessas, apelos e ameaças. Os operários não se intimidaram e garantiram-lhe que esperariam até ao fim do mês por uma resposta, se tal não acontecesse toda a APDL pararia o trabalho.

Eurofil (Póvoa de Santa Iria). Os operários desta empresa lutam desde Março por aumento de salários. As secções de «cordoaria» e «susa» paralisaram o trabalho

já por duas vezes e noutras fizeram «cera». O patronato prometeu aumento mas não diz para quando. **Abelheira** (Tojal). Depois da luta pelo pagamento de 25% sobre o trabalho nocturno (assinado por um abaixo-assinado com 120 assinaturas) e pela conservação de regalias conquistadas (marcada por uma concentração de 150 operários nos escritórios), os trabalhadores desta empresa lançaram-se na luta por aumento de salários. A 5 e 14 de Setembro realizaram-se concentrações nos escritórios em apoio desta reivindicação.

William Graham (Porto). Grupos de operários de várias secções desta empresa de construção civil estão a lutar por aumento de salários com idas colectivas aos encarregados, pequenas paragens de trabalho e ameaças de se despedirem.

Flândria (Agueda). Depois das lutas já relatadas pelo «Avante!», os operários desta empresa conquistaram um aumento diário que vai de 8 a 15\$00, com efeito a partir de Junho. Ante a escassez deste aumento e a forma desigual como foi distribuído, o descontentamento permanece e os operários continuam a recorrer à «cera» e recusam a fazer horas extraordinárias.

● PELO PAGAMENTO INTEGRAL DE 30 DIAS

Os operários metalúrgicos continuaram a lutar pelo pagamento integral de 30 dias e contra a manobra do patronato que consiste em distribuir o salário de 26 por 30 dias. Prosseguiram nesta luta os trabalhadores da **Fábrica de Produtos Estrela** (85% dos operários abandonaram o trabalho para se deslocarem ao Sindicato afim de serem esclarecidos e recorreram à «cera depois), da **Cometna** (50 trabalhadores acompanharam a comissão de empresa quando esta expôs a reivindicação ao patronato), da **Famel** (onde os operários não se deixaram intimidar com a prisão de dois companheiros e continuaram a luta pelos seus objectivos).

A homologação, a 22-IX, pelo secretário de Estado da Previdência de um aditamento ao C.C.T. sobre esta matéria é uma vitória arrancada pela luta dos metalúrgicos de muitas dezenas de empresas. O aditamento estabelece «a remuneração mensal com o pagamento integral de 30 dias em cada mês...» Com ele o governo foi forçado a dar satisfação à reivindicação dos metalúrgicos, mas ao fazê-lo mete muitos milhares de contos nos bolsos dos industriais da metalurgia, pois, o aditamento só entra em vigor a partir de Setembro, isto é, sete meses depois do novo CCT passar a vigorar.

● LUTAS POR OUTRAS REIVINDICAÇÕES

Os trabalhadores da empresa **J. Ferreira Custódio**, Marinha

Grande, lutaram com sucesso contra os castigos aplicados a alguns colegas. Os operários da **Sorefame**, Venda Nova, lutam pela semana de 45 horas. Os da **UTIC**, Lisboa, resistem aos altos ritmos de trabalho e recusam a submeter-se aos tempos cronometrados. Lutam pelo recebimento das horas extraordinárias os operários da **Rodoviária**, Oliveira de Azeméis, e os trabalhadores das oficinas dos **Oliveiras**, Agueda e Coimbra, lutam para usufruir das mesmas regalias que foram asseguradas aos metalúrgicos pelo novo CCT. Os operários da **Casa Hipólito**, Torres Vedras, exigem que o dia 1º de Maio passe a ser feriado nesta empresa e um grupo de trabalhadores da **Casa Nery**, Torres Novas, tornaram público um documento em que protestam contra o brutal horário de trabalho que lhes é imposto.

A multiplicidade das lutas e a grande variedade dos seus objectivos traduzem o crescente descontentamento da classe operária e das massas trabalhadoras.

Em muitos casos, porém, estas lutas permanecem em formas inferiores e abrangem apenas sectores parciais das empresas em que têm lugar. Isto indica debilidades orgânicas que urge superar.

Há que fomentar e alargar a discussão nas empresas através de pequenas e grandes reuniões, com o concurso da agitação de tarjetas e manifestos. Há que fixar através de debate democrático as grandes reivindicações de cada momento. Há que formar comissões de unidade que gozem do apoio da generalidade dos operários e mantenham íntimo contacto com as massas, mesmo naqueles casos em que as condições desaconselham a sua eleição pública.

Paralelamente, há que adoptar medidas em cada empresa para fazer frente aos golpes repressivos do patronato contra os trabalhadores que mais se destacarem na luta.

Na Fábrica de Alumínio **Moller**, depois da greve vitoriosa, o patrão despediu alguns trabalhadores com o pretexto de que se tinham destacado na luta. A massa dos operários desta empresa não soube reagir como se impunha.

Na Companhia de Pólvora e Munições de **Barcarena**, a administração da empresa procedeu ao despedimento colectivo de 20 trabalhadores com o pretexto de se recusarem a prestar serviço em horas extraordinárias.

Há que fazer frente aos despedimentos desencadeando amplos e enérgicos movimentos de protesto e solidariedade. Os 30 trabalhadores da **Junta Nacional do Vinho**, Mealhada, deram um bom exemplo. Como protesto contra o despedimento de um colega abandonaram o trabalho e só voltaram a trabalhar depois do colega ter sido readmitido.

Pescadores de Portimão uma semana em greve

Durante a semana que se seguiu a 18 de Setembro os pescadores de Portimão estiveram em greve.

A sua luta entronca no profundo descontentamento dos pescadores da costa algarvia em relação com os preços por que são forçados a vender a sardinha às fábricas de conserva. Estas pagam-lhes a sardinha a 2\$00 o quilo, enquanto pagam sardinha idêntica pescada nas costas de Marrocos pelos barcos frigoríficos, a 4\$50.

O «Avante!» saúda os pescadores de Portimão e manifesta a sua solidariedade de combate na luta que travam contra os tubarões da pesca encabeçados pelo Tenreiro.

O «Avante!» chama a classe operária e as massas trabalhadoras a manifestarem o seu apoio aos pescadores de Portimão.

NOVA VITÓRIA ESTUDANTIL

No princípio de Setembro o movimento estudantil obteve uma nova e importante vitória: a reabertura sem qualquer nova limitação legal da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), a homologação da direcção eleita, a paralisação do andamento dos processos-crimes que ameaçavam vários estudantes.

O fascismo havia lançado uma brutal ofensiva repressiva contra os estudantes do ISCEF, com o cerco e invasão banditescas desta escola a 16-V acompanhado do encerramento da AE, persiguições a dirigentes eleitos, ameaças várias a estudantes e professores. Isto tudo acompanhado de manobras divisionistas conduzidas pelo MEN e autoridades e coadjuvadas por professores e estudantes fascistas, nomeadamente sedistas.

Os estudantes do ISCEF não se deixaram intimidar nem enganar, revelaram grande espírito unitário, decidiram os aspectos essenciais da sua luta em numerosas reuniões gerais, e com a presença entre 300 e 1.500 estudantes.

A forma principal de luta que adoptaram foi A GREVE AS AULAS, QUE FOI CUMPRIDA A 100%, DURANTE 2 MESES E MEIO. Os estudantes também decidiram fazer greve a exames o que obrigou o MEN a editá-los.

Durante os 3 meses e meio que durou, esta luta contou com a solidariedade estudantil, em particular dos estudantes do Técnico cuja luta se desenvolveu paralelamente e em certos casos coordenadamente à do ISCEF, com o apoio do povo, de sectores profissionais e dos democratas.

Esta vitória tomada em conjunto com a que se registou dum modo semelhante no Técnico, constitui, no contexto da história do Movimento estudantil, um importante marco. Trouxe uma das mais perigosas ofensivas da repressão fascista contra o movimento estudantil. Aumentou a confiança das massas estudantis em si próprias face à repressão, e da vanguarda unitária face à chantagem e ao cionismo dos maoistas e C. Confirmando a justiça dum política unitária de massas e em particular a importância da luta por objectivos concretos imediatos.

Rádio Portugal Livre

Transmite diariamente em 3 períodos de emissão. Das 8 às 8,30 em 19, 20, 20,8 e 25 metros. Das 24,20 às 24,50, em 25, 26, 32 e 36 metros. Das 19 às 21 em 19 e 25 metros.

Aos domingos, transmite também das 13 às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

A verdade sobre Cazemba

Os censurados jornais portugueses trouxeram recentemente a notícia dos graves acontecimentos que se passaram no bairro indígena de Cazemba, em Luanda, falsificando e deturpando deliberadamente os factos, para esconder do povo português o que é na realidade a sociedade «multiracial» tão apregoa-da pelo governo fascista.

Estes os factos.
No bairro negro de Cazemba, um motorista de taxi atropelou uma criança de cor. Rápidamente se juntaram numerosos populares que exigem do motorista a identificação. Este recusa e puchando numa pistola mata um popular. A população por sua vez reage matando o motorista.

Imediatamente a policia, auxiliada por tropas accore ao musseque e a rajada de metralhadora assassina mais 8 negros, cerca o bairro, encerra as pessoas nas casas e anima a dinda de vários motoristas de taxi brancos, para «vingarem» o seu colega. É o fomento ao ódio, ao racismo, ao terrorismo.

Os motoristas lançam então fogo a duas casas onde morrem bárbaramente queimadas duas famílias inteiras de cor.

A tropa ainda assassina mais duas pessoas.

Estes bárbaros crimes de Cazemba, inteiramente da responsabilidade do governo fascista, da policia e tropas ao seu serviço, constituem uma grave acusação contra a sua política de terrorismo e de guerra.

A «REORGANIZAÇÃO» DA PIDE-DGS

No período correspondente ao auge da demagogia «liberalmente-caetanista», a PIDE passou a designar-se DGS, anunciando-se então que essa policia seria regida por um novo regulamento. Pretendem-se, assim, criar a ilusão de que a sinistra PIDE desapareceria, mas o tempo foi passando e só agora, passados 3 anos (!), quando a máscara da «liberalização» está despedaçada, é que se publicou o decreto regulador da DGS.

Segundo o decreto agora publicado, «as autoridades administrativas, judiciais militares, marítimas e policiaes», tanto no país como nas colónias, ficam obrigadas a prestar à PIDE-DGS «toda a colaboração que estiver no âmbito das suas atribuições». Isto significa, muito particularmente no que respeita à PSP, e outras forças policiaes, que todas elas ficam dependentes da PIDE-DGS.

Os efectivos da PIDE-DGS foram grandemente alargados. São agora mais de 3.500 agentes, mas este já elevado número não engloba os milhares dos chamados agentes auxiliares (como é o caso dos «flechas» nas colónias), os búfos e informadores de todas as espécies. Qualquer dos inspecções (só estes somam cerca de 170) pode ordenar prisões. A todos esses e outros funcionários superiores é «facilitado o uso de armas de qualquer natureza». Em oposição aos pareceres e acordos dos juizes de vários Tribunais, nega-se aos presos políticos a presença do advogado durante os interrogatórios, pois é o cúmulo da hipocrisia dizer-se que «a assistência do advogado constituído poderá ser interdita quando haja inconveniente...» e que, nesses casos, o advogado será «substituído por defensor ad hoc ou por testemunhas qualificadas e obrigadas a segredo de justiça». Mas quem serão essas testemunhas, de maior «qualificação» que os advogados? É evidente que essas «testemunhas» serão os próprios agentes da PIDE-DGS, isto é, os mesmos que torturam e espancam os presos.

Para além desses aspectos, é escandaloso que os Ministros do Interior e do Ultramar possam «atribuir subsídios ou gratificações extraordinárias» aos agentes da PIDE-DGS, os quais ainda terão «direito a gratificações de tenen-

A FRELIMO acaba de alcançar um grande êxito com a abertura de uma nova frente militar—Manica e Sofala—que, bem no coração de Moçambique, constituiu a mais profunda penetração das forças patrióticas.

Samora Machel, presidente da FRELIMO, ao anunciar a abertura desta nova frente numa Conferência de Chefes de Estado da África Oriental em Dar-Es-Salam, referiu que os combates já chegaram às proximidades de Vila Gouveia, e anunciou a libertação de milhares de prisioneiros e de populares encarcerados em campos de concentração (os chamados «aldeamentos»).

Entre os fascistas foi o alarme e o silêncio. Só no comunicado de 12 de Setembro, o Comando Chefe das Forças Armadas de Moçambique, para lá das habituais fanfarronices, deixava transparecer as sérias dificuldades dos colonialistas com a abertura da frente de Manica e Sofala a que chamavam de forma mal disfarçada «Istmo de Tete».

... e cujos quantitativos não são sequer divulgados. Tal como se lê no documento de Maio do Comité Central, e «a reorganização» da PIDE-DGS o confirma, «o Governo prepara os dispositivos para empreender uma vaga terrorista de grande envergadura, quando sentir mais ameaçada a sua existência». Com o actual decreto, a PIDE-DGS pode continuar a desrespeitar a Constituição e sobrepor-se às próprias leis fascistas. O Governo atribui-lhe poderes ilimitados para prosseguir com os seus crimes e cruéis torturas.

UMA ONDA REPRESSIVA

(cont. da pág. 6)

libertação, a deixarem de o fazer. O Ministro Rapazote desejará que todos os que saíem em liberdade não mais participassem em actividades políticas e, por isso, não pode esconder o seu rancor relativamente aos que não respeitaram os termos da liberdade condicional e que retomaram o seu posto de combate na luta contra o fascismo e pela libertação do povo português. Os presos sujeitos às celeradas «medidas de segurança», mesmo que já tenham cumprido a pena a que foram injustamente condenados, só são libertados depois de subcreverem os termos da chamada liberdade condicional, o que constitui uma iniquidade fascista atentatória dos mais elementares direitos humanos. Os funcionários públicos também eram e continuam a sê-lo de um modo ou doutro, forçados, a subcrever o «compromisso» de que respeitavam e estão integrados na ordem social estabelecida, o que representa uma outra iniquidade.

ÊXITOS DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

A Frelimo abre uma nova frente militar

No entanto o Estado-Maior do Exército confessava no mês de Junho último em Moçambique, mais baixas—mortos e feridos—das tropas portuguesas (184) que as que atribuía aos patriotas (52).

Os racistas da Rodésia, tornaram imediatamente público o seu alarme perante o avanço dos patriotas da FRELIMO, tão próximo às suas fronteiras e pondo em sério perigo uma via de comunicação vital para a Rodésia—a ligação ao porto da Beira. Numa declaração oficial em inícios de Agosto, o governo de Smith declarou-se pronto a enviar tropas para Moçambique.

Após a abertura da nova frente a luta vitoriosa do povo Moçambicano prossegue. Num comunicado de 18 de Setembro a FRELIMO referia-se à maior operação conjugada desde o início da luta, com o ataque a vários aquartelamentos, entre os quais o Quartel General da Região Norte de Moçambique em MUEDA com a destruição no solo de vários aviões e helicópteros e de depósitos de munições. Posteriormente, no comunicado de 23 de Setembro a FRELIMO anuncia o derrubamento de um avião (confirmado aliás pelos colonialistas).

Perante este agravamento da situação militar o ministro do Ultramar corre a Moçambique e em particular à zona da construção da barragem de Cabora-Bassa (Tete) onde a tripla linha de defesa já não é eficiente para as tropas portuguesas a defenderem, mesmo auxiliadas pelas tropas da Rodésia e da África do Sul, pelo que os fascistas lança uma criminosa (e muito dispendiosa) acção de «limpeza» destruindo

toda a vegetação num círculo gigante à sua volta.

Em Angola e na Guiné

O povo angolano alcançou também um novo êxito da sua luta. A população do Extremo Sul da Colónia (6ª região do MPLA) no seguimento da generalizada revolta contra a exploração, a opressão e a repressão colonialista pega em armas para combater as tropas colonialistas.

Na Guiné nem a chamada «africanização» (importação yanque de Spínola), consegue iludir a realidade da grave situação militar. A existência de regiões libertadas tornou-se tão evidente que o Comando-Chefe de Bissau já fala de «zonas de duplo controle» (Diário de Lisboa de 30.8.72).

Num comunicado especial de 5 de Junho o PAIGC anuncia o derrubamento de mais um helicóptero Alouette 2 (5 de Maio) e dum avião de reconhecimento (11 de Maio) na região Norte do País.

A guerra colonial beco sem saída

Perante o sério agravamento da situação militar nas colónias, o governo fascista intensifica o esforço de guerra pelo que impõe ao povo português novos sacrifícios em bens e vidas. Na Conta Geral do Estado para 1971 o governo confessa um aumento de 11,6 por cento das despesas de defesa e segurança. O número de mortos das tropas colonialistas, segundo o Serviço de Informação Pública das Forças Armadas, só nos meses de Junho, Julho e Agosto, ascende a um total de 220.

No entanto apesar de todo este vasto esforço da ditadura para o prosseguimento da guerra contra os povos de Angola, Guiné e Cabo Verde e Moçambique, a situação apresenta-se cada vez mais claramente como um beco sem saída para os colonialistas.

Numa carta dirigida à redacção do «Avante!» um militar em serviço em Moçambique afirma: «no norte de Moçambique há guerra a sério. Há e haverá enquanto não nos rasparemos, porque a determinação das gentes de lá é inabalável. Ali já se sente bem que a FRELIMO é uma força... Em contrapartida tudo no norte de Moçambique branco está a saque. Praticamente não há vida civil e a orgânica militar está profundamente desorganizada. Não há viaturas, não há géneros alimentícios, não há materiais...»

Entretanto o governo fascista de M. Caetano joga ainda tudo numa vitória militar «não há que contar, a curto ou a médio prazo... conclui o Comité Central do PCP na sua reunião de Maio último—que os fascistas, por sua vontade, cometeram uma viagem na política colonial. Será a luta do povo português e dos povos das colónias portuguesas, apoiados pela solidariedade internacional, que acabará por impedir o fim da guerra colonial e o reconhecimento do direito dos povos a completa e imediata independência.»

Travar a repressão e lutar contra ela

Para travar a presente ofensiva repressiva do fascismo, impõe-se mobilizar as mais largas camadas do país. Onde quer que surjam acções repressivas há que unir e mobilizar todas as pessoas de coração para protestarem, sustermem a repressão e exigirem a imediata libertação dos que forem presos. Esse é o justo caminho seguido pelos estudantes de Lisboa. As direcções das Associações de Estudantes do Técnico, Económicas e Direito, deslocaram-se várias vezes à prisão de Caxias e à sede da PIDE-DGS, com o fim de se informarem da situação dos colegas presos, promoverem a realização de exames para estes e lhes facilitarem a assistência jurídica que a lei lhes concede. A par destas acções, no Técnico, realizou-se uma Assembleia com a presença de 1.000 estudantes que exigiram a imediata libertação dos estudantes presos.



URGE PARALISAR os crimes americanos no Vietnam!

A criminoso agressão imperialista norte-americana no Vietnam transformou-se na mais bárbara guerra de extermínio de que há memória em toda a história da humanidade.

Impotentes para pôr de joelhos o mil vezes heróico povo vietnamita, os militaristas do Pentágono lançam bombardeamentos em massa sobre as populações pacíficas de cidade e aldeias, bombardeiam diques e represas, ensaiam a chamada guerra meteorológica.

Nos últimos 4 meses, mais de 170 bombardeamentos foram efectuados contra o sistema de irrigação da República Democrática do Vietnam.

Nos primeiros 4 dias de Agosto, tal como afirma uma declaração de protesto do Governo Revolucionário Provisório do Vietnam do Sul, mais de 10.000 toneladas de bombas e mais de 50.000 granadas foram lançadas sobre a cidade de Quang Tri pela aviação e pela 7ª esquadra dos Estados Unidos. Em resultado dos produtos tóxicos utilizados nestes ataques, milhares de pessoas têm perecido por envenenamento.

Os militaristas do Pentágono sob o comando de Nixon, começaram por negar os bombardeamentos dos diques mas ante os testemunhos inegáveis de observadores internacionais, incluindo americanos, e a onda de indignação geral provocada por tais crimes, foram forçados a desmascarar-se, alegando, porém, que tais bombardeamentos foram «acidentais» e deles resultaram «estragos mínimos».

Um clamor de protestos em todo o mundo

Por apelo do Conselho Mundial da Paz, o dia 1 de Agosto foi assinalado como jornada mundial de protesto contra o bombardeamento de diques no Vietnam e contra a guerra meteorológica.

A recente Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa de solidariedade com o povo do Vietnam condenou o genocídio e chamou os comunistas e os povos dos respectivos países a intensificar as acções de solidariedade ao Vietnam.

A Conferência Mundial contra as bombas atómicas e de hidrogénio realizada em Tóquio lançou um apelo ao governo americano para a retirada das forças americanas no Vietnam.

30.000 participantes nas cerimónias do 37º aniversário do bombardeamento atómico de Hiroshima, e Nagasaki protestam contra a nova barbárie imperialista americana.

Na União Soviética, o mês de Agosto decorreu como mês de solidariedade e amizade com o povo vietnamita, com a realização de comícios, publicações de declarações de protesto de organizações de massas e inúmeras outras acções.

Manifestações e comícios de solidariedade e protesto têm tido lugar em várias cidades da Europa e da América.

As recentes propostas do Governo da República do Vietnam e do Governo Provisório do Vietnam do Sul, propostas que prevêm a formação de um Governo provisório com a participação de três componentes, encontraram o maior apoio em todo o mundo. Mas os imperialistas ianques não só se esquivam a dar uma resposta clara, como fazem constar que a paz está prestes a ser obtida, e isso com o objectivo de paralisar o clamor de protestos que cresce por todo o lado, incluindo nos próprios Estados Unidos.

Alargar a solidariedade activa ao Vietnam

O Governo fascista de Marcelo Caetano não somente silencia os crimes imperialistas no Vietnam como até os apoia e procura reprimir quaisquer manifestações de solidariedade. Mas os povos do Vietnam sabem que o povo português está com eles, como bem o mostra a recente mensagem do Comité Central do Partido dos Trabalhadores do Vietnam, ao Comité Central do PCP.

Não basta, porém, que todos os portugueses de coração se mostrem indignados. É imperioso, é urgente, que essa indignação se manifeste em acções práticas de solidariedade e ajuda à luta dos povos vietnamitas. Documentos recentemente publicados e distribuídos nas ruas, fábricas e escolas, assinados pelas Direcções Regionais do PCP de Lisboa, do Norte e do Sul, assim como pelos jovens de Almada, incita-se à intensificação da luta de solidariedade ao Vietnam. No distrito de Setúbal, nomeadamente nos concelhos do Barreiro, Moita e Almada, trabalhadores, jovens e mulheres realizam variadas acções, como sejam: recolha de assinaturas, venda de postais editados pela Comissão de apoio à luta do Vietnam, peditórios públicos, num dos quais se recolheram 800\$00 e noutro 700\$00, etc.. No Porto, e especialmente nas zonas de Lordelo e Gomes da Costa, foram feitas inserções a nitrato de prata, dizendo: «Americanos fora do Vietnam, fora de Portugal», «Viva o Vietnam em luta». Trabalhadores da Carris, de Lisboa, o Movimento dos jovens do distrito do Porto, assim como os jovens e os democratas do distrito de Setúbal, enviaram mensagens ao povo do Vietnam. Numa dessas mensagens, diz-se: «Vós que lutais, heróicamente pela vossa liberdade e que com o vosso exemplo dais forças aos que ainda sofrem a repressão imperialista, é para vós esta mensagem dos Democratas do Distrito de Setúbal que apoiam a vossa luta e desejam veementemente que a Paz volte a reinar no vosso País». 17-9-1972.

Os Jogos Olímpicos mostraram

A demagogia caetanista, por mais esforços que faça, não consegue esconder uma cruel realidade: o fascismo colocou Portugal, sob todos os pontos de vista, na cauda dos países da Europa. A magra representação portuguesa enviada às Olimpíadas atesta de forma bem clara o atraso do país em matéria desportiva. Essa representação, assim como os seus resultados, constituiu uma vergonha para o país, mas os responsáveis por essa vergonha e atraso, não são os desportistas portugueses mas sim o regime fascista. É aliás significativo que de todos os países europeus, foram os países de ditadura fascista os que revelaram maior atraso.

Poder-se-ia alegar que as medalhas são coisas secundárias desde que a representação do país tivesse sido condigna e não desprestigiante. Mas como é sabido, Portugal esteve representado apenas em meia dúzia das muitas dezenas de modalidades. No que respeita a mulheres, nem uma só portuguesa esteve nas Olimpíadas!

As Olimpíadas mostraram bem

quanto é grande o atraso de Portugal e de outros países capitalistas, em confronto com os grandes e constantes progressos dos países socialistas. O caso das duas Alemanha é bem significativo. Enquanto a R.D.A. socialista, país com 17 milhões de habitantes, obteve um total de 66 medalhas, a R.F.A. capitalista, com 60 milhões de habitantes apenas obteve 40 medalhas.

Do total das medalhas distribuídas, cerca de metade couberam aos países socialistas.

A União Soviética foi de longe o país que mais medalhas de ouro (30) obteve, assim como na soma geral dos três tipos de medalhas (99).

As vitórias dos desportistas dos países socialistas, nas Olimpíadas são indissociáveis do progresso geral das condições de vida de cada um dos países socialistas e testemunham quanto é real a preocupação em proporcionar a todos esses povos um bem estar, um nível de vida material e cultural cada vez mais elevados.

Uma onda repressiva alastra no país

O documento de Maio do Comité Central salientou que, com a vaga repressiva de meados de 1971, «o Governo pretendia atingir o PCP e diminuir a sua capacidade de acção, decapitando e paralisando ao mesmo tempo a luta popular...». Tais objectivos não foram atingidos, mas desde o verão deste ano nova ofensiva repressiva foi desencadeada, tanto no país como nas colónias. É assim que em Julho foram presas dezenas de pessoas em Luanda e, em Lourenço Marques, teriam sido presas centenas. Em Lisboa, Moscavide, Baixo Ribatejo, etc., foram presos mais de três dezenas de democratas, nos meses de Agosto e Setembro, entre os quais cerca de 20 estudantes. No I.S. Técnico foram presos 11 estudantes. Sabe-se que alguns deles estão a ser sujeitos a cruéis torturas e a espancamentos. O estudante do Técnico, Rui Teives, apareceu com queimaduras nas mãos e escoriações no rosto, e o estudante de Económicas J. Abel Freitas esteve 120 horas na tortura do sono.

Na Batalha, quando a G.N.R. agredia os populares apenas por estarem a dançar no adro da igreja, e que por isso reagiram às agressões, uma praça da G.N.R. disparou tiros que mataram um colega. Apesar da responsabilidade do caso caber inteiramente à G.N.R. e ao padre que a chamou, a fúria repressiva caiu sobre a freguesia e já foram presas cerca de 120 pessoas.

A Associação Académica de Moçambique foi encerrada com o pretexto oficial do Governador de «actividades irregulares». O que se passou com o colóquio sobre a carestia da vida, na colectividade «Flôr de Pedregos» (Porto), em 8 de Julho, é bem elucidativo. O colóquio foi interrompido por imposição dum vereador da Câmara da Maia, com a alegação de que «aquilo era política».

Prosegue a repressão a Cooperativas com o fim de as encerrar, como já sucedeu a LIVROPE, em Alverca. Em outras Cooperativas, as «autoridades» pedem contas correntes, balanços que comprovem a actividade económica, etc.. Os conhecidos programas radiofónicos «Página 1» e «Tempo Zip», foram obrigados a «calar-se». Muitas empresas e oficinas receberam cartas da PIDE-DGS com o pedido de informações sobre todos os trabalhadores que faltassem ao trabalho no dia 1º de Maio. As operações stop continuam a ser cada vez mais frequentes e estendem-se às mais variadas regiões do país. Segundo a expressão usada pelos próprios jornais, numa zona de Lisboa foram feitas «cursas gigantescas» com a utilização da chamada policia móvel e de cães-policia.

No espaço de apenas uma semana, os jornais deram grande relevo às declarações repressivas do Ministro do Interior, (22-9), à nota oficiosa da PIDE-DGS (26-9), e à chamada «reorganização» da PIDE-DGS (26-9), tudo isso visando legitimar a sanha repressiva que está caindo sobre o país. Com a nota oficiosa procurou-se justificar a prisão de dezenas de democratas, responsabilizando-os por actividades terroristas, tal como sucedeu em meados do ano passado, quando a policia afirmou que as pessoas então presas pertenciam à ARA, o que se veio a comprovar ser inteiramente falso.

O rancor do Ministro do Interior

O Ministro do Interior tentou não apenas legitimar a repressão e a sinistra PIDE-DGS, como também levar todas as pessoas que lutam contra a repressão, que apoiam e ajudam os presos políticos, e que lutam pela sua

(cont. na pág. 5)